

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-AS: CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS Ata da 76ª Reunião Ordinária da CT-AS - 20/10/2022- 09h00 Reunião por videoconferência – Google Meet

Membros presentes	
Entidade	Representante
ABCON	Marília Costa Miranda (T)
AEEAV	Edilson Pentean (T)
ASSEMAE	Flávio Francisco Orlandi (S)
	Tarciani Benedita Baia Santos (S)
BRK Ambiental Limeira	Eduardo Gonzales de Curtis
CIESP - DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno (T)
CIESP – DR Campinas	Mariana Casado (S)
Consórcio Piraf	Francisco Antonio Moschini (T)
	Roberto Mario Polga (S)
CPRM/SBG	Andréa Segura Franzini (T)
DAAE Rio Claro	Raquel Curtolo Quirino (T)
	Paulo Afonso Prado e Silva Junior (S)
IPA	Sibele Ezaki (T)
	Mara Akie Iritani (S)
INEVAT	Francisco Antonio Moschini (T)
IPT	Nádia Franqueiro Corrêa (T)
	José Luiz Albuquerque Filho (S)
P.M. de Jaguariúna	Paulo Roberto Iamarino (S)
P.M. de Limeira	Juvenal Soares de Araújo Neto (T)
P.M. de Rio Claro	Roberto Foresti Júnior (T)
Química Amparo	Helmut Werner Forster (T)
	Mariana Casado (S)
SAA	Angelo César Bosqueiro (S)
SABESP	Manoel Ricardo B. da Silva (S)
SANASA	Flávio Francisco Orlandi (T)
	Tarciani Benedita Baia Santos (S)
SANEBAVI	Luiz Ricardo de Oliveira (S)
UNICAMP	Ana Elisa Silva de Abreu (T)

Membros ausentes	
Entidade	
CISBRA	
DAE Jundiá	
Edisonda	
FRC Ambiental	
Fundação Florestal	
Geoblue	
P.M. de Campo Limpo Paulista	
P.M. de Ipeúna	
P.M. de Itatiba	
P.M. de Louveira	
SAEAN	
Sondágua	
Membros ausentes com justificativa	

Entidade
ABAS
DAEE
UNESP/CEA

Demais presentes	
Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Rebeca Silva
	Tainá Moura
	Felipe Ferreira
	Bianca Caroline Alves Leite
	Mariane Rodrigues Amuy
	Elaine Franco de Campos
	Danilo Costa
	Karla Romão
BBP Sanipark	Camila Biasotto
Hidrolicenças News	Gustavo Piero Leo

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

Aos vinte dias do mês de outubro de 2022, realizou-se por meio de videoconferência na plataforma *Google Meet*, a 76ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica, em 13 de outubro de 2022. **2. Abertura da 76ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS):** A abertura da reunião foi realizada pela coordenadora da CT-AS, Sra. Sibele Ezaki, representante do Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA), que agradeceu a presença de todos e informou aos presentes a existência de quórum qualificado para o início da reunião. **3. Aprovação da Ata da 75ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, realizada em 18/08/2022:** A Sra. Sibele Ezaki informou que foi feito o envio aos membros, da minuta de ata da reunião anterior, por mensagem eletrônica junto da convocação, conforme prazo regimental. Na sequência, questionou a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Também abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo. Não havendo, submeteu aos membros para aprovação a minuta de ata da 75ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, sendo aprovada por unanimidade. **4. Informes:** Na sequência, a Sra. Sibele passou para os informes: **4.1. da Coordenação:** A Sra. Sibele informou aos membros: a) Sobre as últimas

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-AS: CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS Ata da 76ª Reunião Ordinária da CT-AS - 20/10/2022- 09h00 Reunião por videoconferência – *Google Meet*

reuniões do Grupo de Trabalho de Controle (GT-Controle), realizadas nos dias 05/09/22 (6ª Reunião), 22/09/22 (extraoficialmente junto a Coordenação de Projetos da Agência PCJ e DAEE) e 30/09/22 (7ª Reunião). O grupo tem se reunido para discutir dois principais pontos: i) estratégias e acompanhamento da implementação do Plano de Monitoramento qualitativo das águas subterrâneas nas Bacias PCJ: tendo como principais encaminhamentos conversar mais intensivamente com a Secretaria Executiva na pessoa do Sr. André Navarro (Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL), com o Sr. Eduardo Léo (Coordenador de Sistemas de Informações da Agência das Bacias PCJ) e, futuramente, o contato e planejamento junto a coordenação da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), para alinhamento de como se dará a inserção das águas subterrâneas no Plano de Monitoramento; e ii. revisão do Termo de Referência de estudos hidrológicos para a delimitação de áreas de restrição e controle nos municípios de Americana e Nova Odessa: tendo como principais encaminhamentos uma nova reunião do GT-Controle, prevista para o período da tarde (20/10/22 - 14h), para apresentação das respostas elaboradas pelo GT aos questionamentos levantados pelo DAEE e Secretaria Executiva, além do aperfeiçoamento do material para elaboração do edital pela Agência PCJ para contratação do objeto do Termo de Referência; **b)** Sobre as últimas reuniões e solicitações de análise no âmbito do Grupo de Trabalho de Empreendimentos (GT-Empreendimentos), criado no âmbito da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), visando análise de empreendimentos com interferências em corpos hídricos das Bacias PCJ. Dentre as demandas houve a solicitação de apreciação de minuta de Parecer Técnico do GT-Empreendimentos referente ao “Sistema de Abastecimento de Água São José - Itupeva/SP (SABESP)”; análise por meio de formulário específico do empreendimento “Ampliação da extração de Basalto – Pedreira Sertãozinho Ltda”; e análise das complementações solicitadas pela CT-AS no Parecer Técnico do GT-Empreendimentos nº 07/2017, referente ao “Centro Empresarial Espaço Gaia Théia - Jarinu/SP”. A Sra. Sibebe também informou que mediante ao volume de trabalho deste GT para a Coordenação, foi feito o envio de *e-mail* à Secretaria Executiva, ao fim do mês de

setembro/22, verificando a possibilidade de indicação de membro do GT-Controle representando a coordenação da CT-AS quando ausente nas reuniões do GT-Empreendimentos, sendo respondido pela SE/PCJ que não seria possível a indicação para participação recorrente do membro neste GT, porém a coordenação tem liberdade para submeter às análises do GT-Controle ou do plenário da CT-AS, desde que cumprindo os prazos estabelecidos pela SE/PCJ para retorno. Durante a última Reunião do GT-Controle (30/09), o Sr. Edilson Pentean, representante da Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Valinhos (AEAAV), manifestou interesse em ser indicado pela CT-AS para participação no GT-Empreendimentos, porém será necessário ser repensada essa participação, de preferência com reuniões específicas junto a coordenação. Neste sentido, deixou aberto o convite aos membros da CT-AS que também tenham o interesse em contribuir nesta demanda, explicando que isso ocorrerá em reuniões próprias para não tomar o tempo de discussão durante as reuniões ordinárias da CT-AS. O Sr. Roberto Polga, representante do Consórcio Intermunicipal do Ribeirão Piraí (CONIRP), questionou sobre o envio desses materiais aos membros da CT-AS para apreciação prévia a reunião, sendo esclarecido pelo Sr. José Luiz Albuquerque Filho representante do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e coordenador-adjunto da CT-AS e pela Sra. Rebeca Silva da Equipe de Apoio da Secretaria Executiva, que os membros do GT-Empreendimentos são os coordenadores das CTs, nesse sentido, não há necessidade de envio prévio dos materiais dessas reuniões, e sim, os repasses da participação da coordenação nessas instâncias. Complementarmente, a Sra. Rebeca informou que aos que tiverem interesse, todos os materiais das reuniões de todos os empreendimentos analisados pelos Comitês PCJ ficam disponíveis no *site* dos Comitês com acesso por meio do *link*: <https://comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=159:eias-rima-na-area-do-pcj&catid=38:ct-pl-planejamento&Itemid=195>; **c)** Sobre o VII Workshop de Águas Subterrâneas dos Comitês PCJ, evento previsto para ocorrer de forma presencial no segundo semestre de 2023, em que está sendo previsto a reserva de R\$10.000 (dez mil reais) para a realização. O valor em questão compõe o orçamento da

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-AS: CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS Ata da 76ª Reunião Ordinária da CT-AS - 20/10/2022- 09h00 Reunião por videoconferência – Google Meet

CT-AS para 2023, cuja aprovação está sendo tramitada em minuta de deliberação a ser aprovada na 28ª Reunião plenária dos Comitês PCJ, prevista para dezembro/22. Como encaminhamento, a Sra. Sibebe, propõe que se inicie as discussões sobre o evento a partir da próxima reunião da CT-AS, prevista para dezembro/22, e que sejam retomadas as atividades do GT-Comunicação para os preparativos do evento; **d)** Sobre a Deliberação dos Comitês PCJ nº 419/22, que altera o Plano de Ação e o Programa de Investimentos – PA/PI para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ para o quadriênio 2020 a 2023, aprovada durante a 27ª Reunião Extraordinária (plenária) dos Comitês PCJ, realizada em 04/10/22. A Sra. Sibebe explicou que nesta deliberação os valores previstos para a Ação “Implantação, integração, operação e manutenção da rede de monitoramento qualitativo das águas subterrâneas”, em torno de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), foram zerados. A Agência PCJ justificou que essa e outras ações foram reavaliadas, sendo que para a reserva do valor, era necessário que a CT tivesse sinalizado de alguma forma o andamento da atividade, o que não ocorreu em tempo hábil. Nesse sentido, será necessário que se aguarde a próxima revisão do PA/PI para que sejam feitas as atualizações nos valores da ação. O Sr. José Luiz (IPT), destacou que há um inquérito civil do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), que eventualmente questiona quanto ao monitoramento das águas subterrâneas, e que pode vir a questionar as alterações de verba para a ação. **4.2. dos membros:** Não houve manifestação para informe dos membros; **4.3. da Secretaria Executiva:** A Sra. Rebeca Silva, da equipe de apoio da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ), apresentou os informes da SE/PCJ, sendo: **a) Alteração dos representantes dos membros:** a SE/PCJ recebeu a solicitação dos respectivos membros: i) DAAE Rio Claro: indicação do Sr. Paulo Afonso Prado e Silva Junior como representante suplente; ii) Química Amparo / YPÊ: remoção dos Srs. Ian Cerdeira de Oliveira (titular) e as Sras. Amanda Lopes Mulato e Tamara Natale (suplentes). Indicação do novo representante titular o Sr. Helmut Werner Forster e a nova representante suplente a Sra. Mariana Casado; iii) SANEBAVI: alteração dos representantes: o Sr. Luiz Ricardo de Oliveira (atual titular) passou para representante suplente e a Sra. Mara Leteliana Leite Reis foi indicada a nova representante

titular. Ressaltou que as informações apresentadas são referentes a alteração dos representantes dos membros, desta forma não é necessária aprovação, apenas informe para ciência dos demais membros; **b) Retorno da contabilização de presença para exclusão de membros ausentes:** informou que com a aprovação da Deliberação dos Comitês PCJ nº 421/22, de 04/10/22, volta a ser contabilizada as presenças e reforçou que serão excluídos das CTs os membros para os quais se registre número de faltas superior a duas consecutivas ou a quatro alternadas, computadas durante o mandato vigente, independentemente de haver justificativa de ausência, conforme disposto no Art. 27 da Deliberação dos Comitês PCJ nº 362/21, de 30/03/21 que aprovou o Regimento Geral das CTs. Informou que será enviado nos próximos dias uma comunicação aos membros ausentes para verificar se desejam continuar participando da CT para não gerar exclusões futuras; **c) Capacitação dos membros dos Comitês PCJ:** destacou a demanda de incentivar os membros das Câmaras Técnicas a capacitarem-se, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em atendimento às metas do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da Deliberação CRH nº 248, de 18/02/21, que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) e do Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ. A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com realização a partir do ano de 2022. Foram citados como exemplo os cursos disponibilizados no portal da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (Capacitação-SIGRH) e da Escola Virtual – EV.G, sendo que todas as plataformas dispõem de cursos gratuitos, de curta duração e de forma virtual. Podem ser enviados certificados de cursos de especialização, fomentados ou não pelos Comitês PCJ ou outros cursos de capacitação técnica. Complementarmente, orientou que o certificado do curso deve ser enviado para o e-mail da Secretaria Executiva; **d) Próximas reuniões/eventos dos Comitês PCJ:** em seguida, foi informado da próxima reunião agendada da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ que será a 87ª Reunião Ordinária no dia 10/11/22 às 9h, com transmissão ao vivo pelo YouTube

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-AS: CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS Ata da 76ª Reunião Ordinária da CT-AS - 20/10/2022- 09h00 Reunião por videoconferência – Google Meet

com *link* a ser disponibilizado na agenda do *site* dos Comitês PCJ; e) **Próximos eventos dos Comitês PCJ:** informou que estão planejados dois eventos a serem realizados pelas Câmaras Técnicas, sendo eles: i. *Workshop* “Reúso da água, remoção de nutrientes e tratamento do lodo”, organizado pela Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA) dos Comitês PCJ, que tem como proposta a realização de um webinar no dia 20/10 às 14h e duas visitas técnicas no dia 21/10. Mais informações podem ser obtidas na página de Eventos do *site* dos Comitês PCJ; ii. IV Sustentare & VII WIPIS – Workshop Internacional sobre Sustentabilidade, Indicadores e Gestão de Recursos Hídricos”, organizado pelas Câmaras Técnicas de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN) e de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID) dos Comitês PCJ, a ser realizado entre os dias 16 e 18/11/22, das 9h às 12h. Para participar é necessário fazer a inscrição pelo *link* <https://www.even3.com.br/sustentare_wipis_2022>; 5. **Palestra: Mais de 10 anos do Plano Nacional de Recursos Hídricos – Inserção das Águas Subterrâneas no Planejamento de Bacias Hidrográficas:** Dando continuidade à pauta, a Sra. Sibeles informou que o título da palestra teve uma alteração e por isso ficou diferente da pauta enviada na convocação, mudando de “Mais de 10 anos do Plano Nacional de Recursos Hídricos Inserção das Águas Subterrâneas” para “Mais de 10 anos do Plano Nacional de Recursos Hídricos – Inserção das Águas Subterrâneas no Planejamento de Bacias Hidrográficas”. Na sequência, passou a palavra para o Sr. José Luiz Albuquerque Filho, representante do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e coordenador-adjunto da CT-AS para iniciar a apresentação. O Sr. José Luiz explicou que a alteração do título foi em razão de um conjunto de apresentações que estavam interligadas com o tema da inserção das águas subterrâneas no planejamento das bacias hidrográficas ou mais especificamente nos Planos Nacionais e Estaduais de Recursos Hídricos e o Plano de Bacias. Informou que participou do XXIV Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB), realizado de 22 a 26/08/22 em Foz do Iguaçu-PR, no qual apresentou as ações de águas subterrâneas nos planos de recursos hídricos. Além disso, como representante da CT-AS no ENCOB, também explicou as iniciativas do Estado de

São Paulo sobre os estudos de nitrato, financiadas principalmente pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO). Informou que foi uma semana de atividades bem intensas, e reforçou a importância do tema em aumentar a visibilidade das águas subterrâneas nas atividades dos Comitês PCJ e nesses encontros e eventos nacionais. Continuando a apresentação, explicou que: i) Planejamento de Sistemas de Recursos Hídricos: apresentou a sequência de como deve acontecer o roteiro estratégico para a gestão das águas subterrâneas, em que se inicia pela Política (Estadual e Nacional) de Recursos Hídricos, Plano (Estadual e Nacional) de Recursos Hídricos, Programas de Duração Continuada (PDCs), Programa Nacional de Águas Subterrâneas (PNAS, 2009), Programa para o Desenvolvimento e Gestão das Águas Subterrâneas (PDGAS) e Projetos ou Ações. Destacou que a proposta é inserir a perenidade das ações estratégicas com relação as águas subterrâneas, pois no Plano Nacional de Recursos Hídricos isso ainda não foi identificado. Nesse sentido, a ideia é que os diversos temas em águas subterrâneas sejam implementados por meio de empreendimentos, projetos ou ações. Reforçou que existe a dificuldade em encontrar, viabilizar ou implementar estudos que forneçam instrumentos para identificar a quantidade e qualidade das águas subterrâneas para se fazer um gerenciamento adequado; ii) O que os Planos de Recursos Hídricos estabelecem de conteúdo em Águas Subterrâneas: explicou que a preocupação é verificar a situação das águas subterrâneas e o que pode ser melhorado, tendo em vista que ela é fundamental no ciclo hidrológico (aéreo, terrestre e subterrâneo), e a estratégia é torna-lo menos invisível; iii) Diretrizes para elaboração de Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas: apresentou as etapas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) onde são definidos os diagnósticos e prognósticos que também inclui as águas subterrâneas, e a ajustar o plano de ações; iv) Diretrizes específicas quanto às águas subterrâneas: mostrou os critérios das águas subterrâneas nos Planos de Bacias, com base nas Resoluções CNRH, sendo eles: conteúdo mínimo, monitoramento da quantidade e qualidade com resultados apresentados em mapas, ações potencialmente impactantes e proteção ou mitigação (incluindo medidas emergenciais), delimitação das áreas de recarga de aquíferos e definição das zonas de proteção e avaliações

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-AS: CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS Ata da 76ª Reunião Ordinária da CT-AS - 20/10/2022- 09h00 Reunião por videoconferência – *Google Meet*

hidrológicas integradas (subterrânea e superficial); v) Ações Prioritárias em Águas Subterrâneas PNRH: expôs as ações prioritárias em águas subterrâneas estabelecidas no PNRH 2006-2020 o qual continuou para o período 2022-2040; vi) Estabelecimento de Programa Específico (Programa Nacional de Águas Subterrâneas - PNAS): explicou que é um programa que possui uma duração restrita, separado em três subprogramas: ampliação do conhecimento hidrogeológico, desenvolvimento dos aspectos institucionais legais e capacitação, comunicação e mobilização social; vii) O que os Planos de Recursos Hídricos cumprem de conteúdo em Águas Subterrâneas: apresentou as ações em águas subterrâneas nos PNRHs (2012-2015, 2016-2020/2021 e 2022-2040). Mostrou que no período de 2012-2015, a preocupação com as águas subterrâneas foi apenas com uma ação no total de 23 (vinte e três) ações. Em 2016-2020/21 estavam previstas um total de 72 (setenta e duas) ações e apenas 5 (cinco) foram realizadas. Para o período 2022-2040, são 104 (cento e quatro) ações previstas e apenas 9 (nove) ações foram executadas. Diante disso, o Sr. José Luiz mostrou um estudo de caso do Comitê da Bacia Hidrográfica do Paranapanema (CBH- Paranapanema) sobre a “Inserção das Águas Subterrâneas em Plano de Recursos Hídricos de CBH Federal (SP e PR)”, no qual constam 121 (cento e vinte e uma) ações e apenas 6 (seis) realizadas. Na sequência, apresentou a “Inserção das Águas Subterrâneas no Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SIGRH” nos municípios paulistas abastecidos com águas subterrâneas, que são aproximadamente 400 (quatrocentos) municípios e somente 6 (seis) Câmaras Técnicas de Águas Subterrâneas. Nesse sentido, explicou que foi feito um levantamento dos números de projetos financiados pelo FEHIDRO até o ano de 2019, em que os demais projetos somam 6.498 (seis mil, quatrocentos e noventa e oito) projetos e para águas subterrâneas somam 157 (cento e cinquenta e sete) projetos, sendo que desses, 88 (oitenta e oito) projetos são exclusivamente de perfuração de poços, entendendo que não é o melhor cenário para o gerenciamento dos aquíferos. Continuando, apresentou o total dos financiamentos até 2019, no valor de R\$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais) comparando com o investimento em águas subterrâneas que foi de R\$ 42.000.000,00 (quarenta e

dois milhões de reais), o qual considerou um valor muito abaixo diante da importância das águas subterrâneas. Complementando, apresentou os projetos de águas subterrâneas desenvolvidos pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que são estudos realizados desde 2010, mas explicou que não é possível fazer uma correlação direta com o que estava previsto como ações no PNRH. Explicou que são poucas as câmaras técnicas específicas de águas subterrâneas existentes nas diferentes instâncias colegiadas gestoras de recursos hídricos (estaduais e federais), e reforçou que falta integração, articulação e agenda unificada para a ampliação da discussão desse tema. Explicou que não ocorre a inserção do tema nos instrumentos de gestão de recursos hídricos na mesma proporção que seus mananciais representam na importância para o atendimento das demandas de água, principalmente com o crescimento do uso das águas subterrâneas na atual crise hídrica. Recomendou que o ideal seria elaborar um diagnóstico detalhado acerca das ações em águas subterrâneas planejadas e desenvolvidas no âmbito das políticas das águas, como subsídio para o estabelecimento de instrumentos de integração das ações nos estados e no âmbito federal. Também discutir, formular e estabelecer por meio de instrumentos normativos, programa que tenha duração continuada, tal como o “Programa para o Desenvolvimento e Gestão das Águas Subterrâneas” (ANA, 2022) que pode adotar como base o PNAS (2009). Relembrou que na implementação das ações do Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Plano de Bacias PCJ) foi elaborado o Caderno Temático de Águas Subterrâneas dos Comitês PCJ. Recomendou também que na elaboração dos Planos Integrados de Recursos Hídricos (PIRHs), o Comitê de Bacias deveria articular para que as ações em águas subterrâneas sejam formuladas considerando sistemas aquíferos interestaduais e, portanto, devem ser atendidos programas estratégicos de águas subterrâneas que tenham duração continuada, nos estados de abrangência, e o PNRH deve prever e fomentar a promoção dos cursos de capacitação em águas subterrâneas especificamente dirigidos para membros dos diferentes segmentos de CBHs, despertando as preocupações com as águas subterrâneas. Complementarmente, recomendou o curso de “Transferência de Conhecimento sobre as Águas

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-AS: CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS Ata da 76ª Reunião Ordinária da CT-AS - 20/10/2022- 09h00 Reunião por videoconferência – *Google Meet*

Subterrâneas” do Programa Aquíferos da Bacia Hidrográfica Sorocaba e Médio Tietê (CBH-SMT), e o curso de “Governança das Águas Subterrâneas: Desafios e Caminhos”. Informou os links para acesso aos livros: Governança da Águas Subterrâneas: Desafios e Caminhos < https://drive.google.com/file/d/12hP1uGXREAKoGz0VgmcD_qxWOeN3L856/view> e As Águas Subterrâneas na Política Nacional de Recursos Hídricos < https://drive.google.com/file/d/1ewcDbH69z_R_o1bOLzmILYOGojtEky2J/view>. O Sr. Francisco Antonio Moschini, representante do Instituto de Estudos Vale do Tietê (INEVAT), informou que está fazendo o curso do CBH-SMT. Para finalizar, apresentou a proposta de organização para implementação do PDGAS em 5 temas centrais: “Bases Técnicas para a Gestão das Águas Subterrâneas”, “Melhoria da Qualidade e Proteção dos Aquíferos”, “Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Aquíferos”, “Implementação, operação e manutenção de redes integradas de monitoramento de Águas Subterrâneas” e “Capacitação e divulgação em Águas Subterrâneas”. Encerradas as explicações, o Sr. José Luiz agradeceu e ficou a disposição para dúvidas e questionamentos. A Sra. Sibeles complementou que é muito importante que se tenha essa visão nacional e que se entenda a importância do tema no âmbito do Estado de São Paulo e dos Comitês PCJ. Em seguida, passou a palavra para a Sra. Mara Akie Iritani, representante do Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA), que questionou com relação aos empreendimentos do FEHIDRO no período de 1995 a 2022, se houve avanços ou estagnação, sendo esclarecido pelo Sr. José Luiz que avançou inclusive com os projetos nas Câmaras Técnicas existentes. Reforçou que esse crescimento está longe do esperado, e por isso é importante o fortalecimento na participação e nas capacitações dos membros. Complementando, a Sra. Mara reforçou que a qualidade dos estudos melhorou, pois antes o direcionamento era na perfuração dos poços e agora possuem mais estudos aprofundados. Por outro lado, ela explicou que para as universidades existe uma dificuldade em usar os recursos do FEHIDRO. O Sr. José Luiz concordou e explicou que a dificuldade em obter os recursos do FEHIDRO é cada vez maior e o melhor caminho para solicitar o recurso é por meio da Agência das Bacias PCJ que pode ser o tomador e contratar Universidades, Fundações e

Institutos de Pesquisas. Dando continuidade ao debate, o Sr. José Luiz e as Sras. Sibeles, Mara e Andréa Segura Franzini, representante da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM/SBG), abordaram algumas questões como a importância dos estudos e enfatizaram a necessidade de uma continuidade em aplicar esses estudos. Também comentaram sobre o aparelhamento dos órgãos gestores para a gestão dos aquíferos, tendo em vista a falta de profissionais habilitados para analisar os Termos de Referência (TR), o que dificulta o andamento das demandas para o próprio Comitê de Bacias. Por fim, lembraram que os cursos citados anteriormente contribuem com o fortalecimento no gerenciamento das águas subterrâneas. Não havendo outras manifestações, a Sra. Sibeles agradeceu a palestra do Sr. José Luiz e seguiu para o próximo item de pauta. **6. Outros Assuntos:** A Sra. Sibeles informou que, conforme discutido na reunião anterior, a 77ª Reunião Ordinária da CT-AS, prevista para 15/12/22, será realizada em formato virtual às 9h. Para o ano de 2023, estão previstas reuniões presenciais para os meses de fevereiro (Jundiaí/SP) e agosto (Indaiatuba/SP), sendo as demais previstas para o formato virtual. A Sra. Sibeles e o Sr. José Luiz, sugeriram de sortear alguns exemplares de publicações da ANA, durante a próxima reunião presencial. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Sibeles Ezaki, coordenadora da CT-AS, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Sibeles Ezaki
Coordenadora da CT-AS

José Luiz Albuquerque Filho
Coordenador-adjunto da CT-AS